



**Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Câmara de Gestão Administrativa e Governança, assessora ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia.**

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e cinco minutos, reuniram-se, por videoconferência por meio da plataforma “Google Hangouts Meet”, em caráter extraordinário, os membros da Câmara de Gestão Administrativa e Governança sob a presidência do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, **Professor Clayton da Silva Barcelos**, contando com a participação dos Pró-Reitores e/ou representantes: **Leriane Silva Cardozo** (PROPLAN), **Jaqueline Fritsch** (PROAD), **Adma Kátia Lacerda Chaves** (PROGRAD) e **Uiliam Rangel Amorim Souza** (PROTIC); do Diretor de Centro: **Thiago Ribeiro Rafagnin** (CEHU); do Vice-Diretor representando a Direção de Centro: **Manoel Messias Silva Júnior** (CMBJL); do Representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação: **Edson Nogueira Nonato**; dos Representantes dos Servidores Docentes de Centro: **Leonardo Santa Inês Cunha** (CMSMV) e **Poty Rodrigues de Lucena** (CCET); para tratarem da seguinte pauta: **1) Continuação da Apreciação do Parecer do Relator referente à Solicitação de alteração da RESOLUÇÃO CGAG/CONSUNI/UFOB Nº 002, DE 06 DE MAIO DE 2021, que Regulamenta os procedimentos para participação dos docentes nos órgãos de direção das fundações de apoio; percepção de bolsas e retribuição pecuniária por atividades esporádicas em entidades distintas da UFOB e colaboração esporádica em projetos institucionais ou em entidades com convênio, contratos, acordos ou instrumento legal firmados com a UFOB, para inclusão de regulamentação interna em atendimento ao inciso VII do Art. 21 da Lei nº 12.772/2012 que trata de outras hipóteses de bolsas de ensino, pesquisa e extensão, pagas pela Instituição Federal de Ensino - IFE, considerado o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo: 23520.012776/2023-01, Relator: Conselheiro Uiliam Rangel Amorim Souza.** Havendo *quórum*, o **Presidente da Câmara, Professor Clayton da Silva Barcelos**, cumprimentou a todos os conselheiros presentes e deu início à 6ª Reunião Extraordinária da Câmara de Gestão Administrativa e Governança, assessora ao Conselho Universitário da UFOB. Passou ao ponto único da pauta: **1) Continuação da Apreciação do Parecer do Relator referente à Solicitação de alteração da RESOLUÇÃO CGAG/CONSUNI/UFOB Nº 002, DE 06 DE MAIO DE 2021, que Regulamenta os procedimentos para participação dos docentes nos órgãos de direção das fundações de apoio; percepção de bolsas e retribuição pecuniária por atividades esporádicas em entidades distintas da UFOB e colaboração esporádica em projetos institucionais ou em entidades com convênio, contratos, acordos ou instrumento legal firmados com a UFOB, para inclusão de regulamentação interna em atendimento ao inciso VII do Art. 21 da Lei nº 12.772/2012 que trata de outras hipóteses de bolsas de ensino, pesquisa e extensão, pagas pela Instituição Federal de Ensino - IFE,**



38 considerado o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, encaminhada  
39 pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo: 23520.012776/2023-01,  
40 Relator: Conselheiro Uiliam Rangel Amorim Souza. O Presidente Clayton Barcelos  
41 informou que na reunião onde o tema entrou na pauta, houve o pedido de vista do processo  
42 pelo conselheiro Thiago Rafagnin, e passou-lhe a palavra para a leitura do Parecer de  
43 Vista. O conselheiro **Thiago Rafagnin** cumprimentou a todos e passou à leitura do  
44 Parecer. Em suas considerações, registrou que recebeu contribuições do conselheiro Poty  
45 Lucena na elaboração do Parecer de Vista, e passou à leitura. Em suas considerações, o  
46 Relator de Vista registrou que, em que pese o hercúleo trabalho desempenhado pelo  
47 Conselheiro Relator, acreditava que o voto-vista poderia contribuir com a proposta  
48 apresentada. Nesse sentido, foi considerada pertinente que a apresentação de uma  
49 proposta de resolução que possa aglutinar o parecer apresentado pelo Conselheiro  
50 Relator, como requerido pela Pró-Reitoria de Graduação, que apresentaria proposta de  
51 modificação da Resolução em comento e que seria apresentado, em anexo, uma proposta  
52 de resolução que busque atender tais anseios. Diante das considerações apresentadas, o  
53 Relator de Vista sugeriu modificações na Resolução. Com a palavra, o conselheiro **Poty**  
54 **Lucena** cumprimentou a todos e complementou que colaborou com a elaboração do  
55 Parecer de Vista, e que há um conjunto de atividades tratadas como remuneração  
56 exclusiva, que são tratadas nas atividades do Art. 21 da Lei nº 12.772/2012. O conselheiro  
57 **Thiago Rafagnin** passou à apresentação de algumas alterações sugeridas no texto da  
58 Resolução. Concluída a apresentação do Parecer de Vista, o **Presidente Clayton**  
59 **Barcelos** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações.  
60 Observou que o parecer recebido não foi o apresentado na reunião e que extrapola o tema  
61 da pauta. Que os pontos abordados no Parecer de Vista são importantes, mas que vão  
62 além do que está como objeto de pauta. Informou que o Parecer de Vista não apresenta  
63 as justificativas para as alterações propostas na Resolução, que é o que traz segurança e  
64 transparência à decisão. Em contraponto, registrou que o Parecer do Relator atende ao  
65 solicitado processualmente e observou que o Parecer do Relator não foi completamente  
66 apresentado na reunião de apresentação dado o Pedido de Vista. Com a palavra, o  
67 conselheiro **Thiago Rafagnin** explicou que foram acrescentados alguns parágrafos no  
68 Parecer apresentado, que foram no sentido de esclarecer melhor as sugestões. Que há  
69 concordância do Parecer de Vista com o Parecer do Relator em relação ao pedido da Pró-  
70 Reitoria, mas que houve a intenção de ampliar a proposta de alteração. Sugeriu, como há  
71 uma unidade e concordância em alguns pontos do parecer, que se realize consulta à  
72 comunidade deixando aberta a possibilidade de revisitar a Resolução em apreciação, após  
73 amadurecimento em diálogos. O conselheiro **Poty Lucena** observou que bolsa não é  
74 atividade eventual ou esporádica, que tem como premissa um projeto de geração de  
75 conhecimento, que a regulamentação é de autoridade dos conselhos acadêmicos. Que a  
76 proposta buscou dar clareza aos incisos que preveem remuneração, prerrogativas e  
77 direitos, e que deixa claro que todas as atividades previstas em lei estão presentes na  
78 regulamentação. Em discussão, os conselheiros **Uiliam Souza**, **Leriane Cardozo**,  
79 **Thiago Rafagnin** e **Adma Chaves** apresentaram dúvidas, questionamentos e  
80 esclarecimentos quanto à proposta, a saber: i) sugestão de que seja designada comissão



81 para avaliação dos quesitos trazidos no Parecer de Vista; ii) sugestão, considerando  
82 interessantes os temas trazidos no Parecer de Vista, que as discussões possam ser  
83 estabelecidas para revisão futura da Resolução; iii) manifestação de dúvidas se há o  
84 alinhamento da proposta lida com relação ao objeto de apreciação; iv) informação que  
85 não caberia à PROGRAD solicitar as alterações sugeridas no Parecer de Vista, mas  
86 concordava com o acolhimento da proposição para que seja discutida posteriormente; v)  
87 manifestação de que as propostas sugeridas eram muito relevantes, mas a mudança da  
88 Resolução pode ser motivada de outras formas, não necessariamente por um pedido de  
89 vista, e a partir de justificativas encaminhadas pela comunidade. Após discussões, o  
90 **Presidente Clayton Barcelos** observou que há o compromisso de regulamentar o que  
91 não está dentro do processo, considerando os apontamentos dos Conselheiros e do Parecer  
92 de Vista. Consultou ao Relator de Vista se haveria a retirada do Parecer no sentido de  
93 motivar uma discussão dos demais pontos posteriormente. O conselheiro **Thiago**  
94 **Rafagnin** concordou com a Retirada do Parecer de Vista, contanto que haja a discussão  
95 posteriormente, sendo acompanhado pelo conselheiro **Poty Lucena**. Considerando a  
96 decisão, o **Presidente** solicitou ao Relator do Processo que procedesse à leitura do parecer  
97 na integralidade. O conselheiro **Uiliam Souza** passou à leitura do parecer. Em suas  
98 considerações registrou que o parecer se refere à apreciação da solicitação de alteração  
99 da ementa, do Art. 1º e 2º e inclusão de capítulo IV-A das atividades de ensino, pesquisa,  
100 extensão e inovação com percepção de bolsas institucionais da própria UFOB, na  
101 RESOLUÇÃO CGAG/CONSUNI/UFOB Nº 002/2021. Que a proposta visa incluir, no  
102 documento, a regulamentação institucional do inciso VII do Art. 21 da Lei 12.772/2012.  
103 Que o inciso dispõe sobre outras hipóteses de bolsas de ensino, pesquisa e extensão, pagas  
104 pelas Instituições Federais de Ensino - IFE, nos termos de regulamentação de seus órgãos  
105 colegiados superiores. Informou que a solicitação estava fundamentada na necessidade  
106 de implementação do Programa de Tutoria do Ensino, em especial à criação do papel de  
107 Coordenador Institucional que se enquadra na possibilidade de percepção de bolsa  
108 institucional. Destacou, porém, que embora a fundamentação da proposta esteja  
109 explicitamente atrelada a uma atividade de Ensino, a regulamentação interna do inciso  
110 VII do Art. 21 da Lei 12.772/2012, contemplará também outras hipóteses de bolsas, pagas  
111 pela UFOB, em atividades de Pesquisa e Extensão, hoje não regulamentadas e, portanto,  
112 amplia a relevância institucional desta regulamentação. Registrou que a proposta foi  
113 submetida para contribuições e foram enviadas três mensagens, às quais considerou para  
114 a emissão do parecer. Fez as seguintes recomendações, a saber: a) incluir na ementa da  
115 RESOLUÇÃO CGAG/CONSUNI/UFOB Nº 002/2021 o texto e a participação em  
116 atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação com a percepção de bolsa  
117 institucional da própria UFOB para explicitar a atividade regulamentada na referida  
118 resolução, ficando a redação da seguinte forma: “Regulamenta os procedimentos para  
119 participação dos docentes nos órgãos de direção das fundações de apoio; percepção de  
120 bolsas e retribuição pecuniária por atividades esporádicas em entidades distintas da  
121 UFOB; colaboração esporádica em projetos institucionais ou em entidades com convênio,  
122 contratos, acordos ou instrumento legal firmados com a UFOB e a participação em  
123 atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação com a percepção de bolsa



institucional da própria Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB.”; b) incluir no preâmbulo, nas considerações, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, passando à seguinte redação: “CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;”; c) incluir no Art. 1º o texto e a participação em atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação com a percepção de bolsa institucional da própria Universidade Federal do Oeste da Bahia UFOB para explicitar a atividade regulamentada na referida resolução, ficando a redação da seguinte forma: “Art. 1º Esta resolução regulamenta os procedimentos para participação dos docentes nos órgãos de direção das fundações de apoio; percepção de bolsas e retribuição pecuniária por atividades esporádicas em entidades distintas da UFOB; colaboração esporádica em projetos institucionais ou em entidades com convênio, contratos, acordos ou instrumento legal firmados com a UFOB e a participação em atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação com a percepção de bolsa institucional da própria Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB.”; d) incluir um §3º ao Art. 2º indicando qual atividade será acrescida na regulamentação, ficando a redação da seguinte forma: “§3º Participação de docentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão e inovação com percepção de bolsas da própria UFOB.”; e) alterar o inciso I, do §1º, do art. 4º, que cita o “Art. 37, inciso XI, da Constituição Federal” para que não faça citação direta dispositivo de outras normas, ficando assim em conformidade com as demais resoluções da UFOB, passando à seguinte redação: “I - o limite máximo da soma da remuneração, retribuições pecuniárias e bolsas percebidas pelo(a) docente, em qualquer hipótese, não poderá exceder o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal;”; f) alterar o Art. 9º da resolução para adequação à ementa do normativo, que trata somente de atividades remuneradas, bem como a citação direta à lei 8.958 que já está no preâmbulo da resolução, passando à seguinte redação: “Art. 9º As atividades relacionadas a trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, em acordo com a legislação vigente, remuneradas, e colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica, inclusive em polos de inovação tecnológica, serão limitadas a 8 (oito) horas semanais ou a 416 (quatrocentas e dezesseis) horas anuais, computadas isoladamente ou em conjunto.”; g) incluir o Capítulo IV-A Das Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação com percepção de Bolsas Institucionais da própria UFOB, regulamentando o inciso VII do Art. 21 da Lei 12.772/2012, ficando a redação da seguinte forma: “CAPÍTULO IV A - DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO COM PERCEPÇÃO DE BOLSAS INSTITUCIONAIS DA PRÓPRIA DA UFOB - Art. 11-A. A bolsa é um auxílio financeiro proporcionado com recursos orçamentários da Instituição ao servidor docente do quadro permanente da UFOB, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação de interesse institucional. Parágrafo único. A bolsa não se constitui e nem se categoriza como prestação pecuniária de natureza salarial, mas como doação a título de incentivo ou de atendimento de necessidades estabelecidas pelo programa ao qual está vinculada. Art. 11-B. A participação do docente nos projetos mencionados no art. 11-A obedecerá aos seguintes princípios e requisitos: I – não poderá prejudicar o cumprimento das atribuições funcionais do servidor; II – deverá ter a carga horária





167 aprovada pela chefia imediata e registrada no projeto; e III – não poderá envolver  
168 atividade vinculada ao cumprimento de uma competência própria do cargo efetivo do  
169 servidor, garantindo que a atribuição desempenhada seja uma atividade laboral extra. Art.  
170 11-C. Ficam instituídas as seguintes modalidades de bolsa no âmbito da UFOB: I – bolsa  
171 de Ensino: instrumento de apoio e incentivo a projetos de formação e capacitação de  
172 recursos humanos; II – bolsa de Pesquisa: instrumento de apoio e incentivo à realização  
173 de projetos de pesquisa científica e tecnológica; III – bolsa de Extensão: instrumento de  
174 apoio à execução de ações de extensão que envolvam a interação com a sociedade ou com  
175 a comunidade universitária e que visem ao intercâmbio, à divulgação e ao aprimoramento  
176 do conhecimento; IV – bolsa de Estímulo à Inovação: instrumento de apoio para a  
177 realização das atividades de um acordo de parceria de pesquisa científica, extensão e de  
178 desenvolvimento tecnológico. Parágrafo único. As bolsas deverão estar expressamente  
179 previstas nos editais e/ou programas e/ou projetos aprovados, com identificação dos  
180 respectivos valores e do período da concessão. Art. 11-D. O número de bolsas dependerá  
181 da disponibilidade orçamentária. Art. 11-E. As bolsas serão concedidas por meio de  
182 editais publicados. Art. 11-F. O prazo de concessão das bolsas pode ser no máximo igual  
183 ao prazo do projeto/edital ao qual a bolsa está vinculada. Art. 11-G. As bolsas poderão  
184 ser concedidas apenas a docentes ativos e em efetivo exercício ou que não estejam em  
185 afastamento ou no gozo de licença considerada como de efetivo exercício por mais de 30  
186 (trinta) dias corridos durante o período do projeto. Art. 11-H. A concessão da bolsa será  
187 cancelada em caso de abandono do programa ou projeto pelo beneficiário ou de exclusão  
188 ou término antecipado do programa ou projeto. Art. 11-I. É proibido o pagamento de  
189 bolsas por contraprestação de serviços.”; h) realizar a revisão completa de formatação da  
190 resolução alterada, considerando o estabelecido pelo Decreto nº 9.191/2017, que  
191 estabelece normas para a redação dos atos normativos. Diante das considerações  
192 apresentadas e do atendimento às indicações, o Relator recomendou a aprovação da  
193 alteração da RESOLUÇÃO CGAG/CONSUNI/UFOB Nº 002/2021, com a  
194 regulamentação do inciso VII do Art. 21 da Lei 12.772/2012. Concluída a apresentação  
195 do Parecer, o **Presidente Clayton Barcelos** agradeceu e franqueou a palavra aos  
196 Conselheiros para suas considerações. Os conselheiros **Leriane Cardozo, Poty Lucena,**  
197 **Adma Chaves, Clayton Barcelos e Uiliam Souza** apresentaram dúvidas,  
198 questionamentos e esclarecimentos quanto à proposta, a saber: i) sugestão de retirar do  
199 texto do inciso III, do art. 11-C a parte “ou com a comunidade universitária”; ii) sugestão  
200 de adequação no art. 11-B, inciso II, visto que projeto de pesquisa não delimita carga  
201 horária, mas sim o cumprimento de metas para alcance do cumprimento do objeto; iii)  
202 observação sobre a colaboração esporádica, que tem regulamentação que restringe a  
203 quantidade de horas computadas, mas que a carga horária não se sobrepõe à apresentação  
204 de uma meta/resultado; iv) observação de que bolsa se baseia no cumprimento de metas  
205 de planejamento de pesquisa, não tendo estabelecimento de carga horária; v) indicação  
206 da necessidade de regulamentar como se dará a regulamentação para autorização do  
207 pagamento de bolsa pela chefia imediata. A conselheira **Adma Chaves**, na condição de  
208 Pró-Reitora de Graduação, fez alguns apontamentos e esclarecimentos: i) que no caso da  
209 tutoria não tem especificado quanto de carga horária o docente vai empregar; ii) que em



outros programas, não se estabelece quanto de carga horária o tutor ou coordenador vai desempenhar, tendo carga horária fixa para o estudante; iii) sobre o “universidade para todos” tem que ver se tem especificação sobre carga horária; iv) sobre a apresentação de declaração, que a ideia é muito mais de que a pessoa que se submete ao edital tem que apresentar declaração e ciência da chefia que ela está se submetendo àquela atividade; v) que a busca de uma carga horária foi se dando em função de outras demandas para alinhar as necessidades; vi) que a anuência da direção é para dar ciência de que o servidor estará participando do edital. Em tempo, registro que às quinze horas e quarenta e seis minutos o conselheiro Poty Lucena solicitou sua retirada da reunião, por motivo de viagem administrativa. Após discussões, foram aprovados pelos conselheiros os destaques ao Parecer, que foram acolhidos pelo Relator, quais sejam: a) alterar a recomendação do Art. 11-A, alínea “g” do parecer, do trecho “com recursos orçamentários da instituição”, para palavra “pela”, para melhor adequação ao texto, passando à seguinte redação: Art. 11-A. A bolsa é um auxílio financeiro proporcionado pela Instituição ao servidor docente do quadro permanente da UFOB, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação de interesse institucional; b) alterar a recomendação do inciso II do Art. 11-B, alínea “g” do parecer, “deverá ter a carga horária aprovada pela chefia imediata e registrada no projeto”, para melhor adequação do texto, passando à seguinte redação: II. deverá ter anuência da chefia imediata; c) alterar a recomendação do inciso III do Art. 11-C, alínea “g” do parecer, suprimindo o trecho “ou com a comunidade universitária”, para melhor adequação ao texto, passando à seguinte redação: III – bolsa de Extensão: instrumento de apoio à execução de ações de extensão que envolvam a interação com a sociedade e que visem ao intercâmbio, à divulgação e ao aprimoramento do conhecimento; d) alterar a recomendação do inciso IV do Art. 11-C, alínea “g” do parecer, do trecho “de um acordo de parceria de pesquisa científica, extensão e de desenvolvimento tecnológico”, para o trecho “inerentes à pesquisa, desenvolvimento e inovação”, para melhor adequação ao texto, passando à seguinte redação: IV – bolsa de Estímulo à Inovação: instrumento de apoio para a realização das atividades inerentes à pesquisa, desenvolvimento e inovação; e) alterar a recomendação do Art. 11-F, alínea “g” do parecer, da barra “/”, para o termo “e/ou”, para melhor adequação do texto, passando à seguinte redação: Art. 11-F. O prazo de concessão das bolsas pode ser no máximo igual ao prazo do projeto e/ou edital ao qual a bolsa está vinculada; f) alterar a recomendação do Art. 11-I, alínea “g” do parecer, da palavra “proibido” para “vedado”, para melhor adequação do texto, passando à seguinte redação: Art. 11-I. É vedado o pagamento de bolsas por contraprestação de serviços. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, **o Senhor Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer do Relator referente à Solicitação de alteração da RESOLUÇÃO CGAG/CONSUNI/UFOB Nº 002, DE 06 DE MAIO DE 2021, que Regulamenta os procedimentos para participação dos docentes nos órgãos de direção das fundações de apoio; percepção de bolsas e retribuição pecuniária por atividades esporádicas em entidades distintas da UFOB e colaboração esporádica em projetos institucionais ou em entidades com convênio, contratos, acordos ou instrumento legal firmados com a UFOB, para inclusão de regulamentação interna em atendimento ao inciso**



VII do Art. 21 da Lei nº 12.772/2012 que trata de outras hipóteses de bolsas de ensino, pesquisa e extensão, pagas pela Instituição Federal de Ensino - IFE, considerado o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação – Prograd, Processo: 23520.012776/2023-01, acolhidos os Destaques aprovados pela Câmara, que foi aprovado por unanimidade. O Presidente Clayton Barcelos agradeceu a todos pela participação e colaboração para a realização da sessão. Às dezesseis horas e vinte minutos, o Presidente da Câmara, Professor Clayton da Silva Barcelos, encerrou a 6ª Reunião Extraordinária da Câmara de Gestão Administrativa e Governança, assessora ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia e nada a mais havendo a ser registrado, eu, Gleicianne Dourado Costa, Secretária dos Órgãos de Deliberação Superior, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e todos os presentes na reunião de aprovação da ata, estando disponível na íntegra, gravada em formato digital. Barreiras, 7 de maio de 2024. Ata aprovada na 32ª Reunião Ordinária da CGAG, realizada em 17 de julho de 2025.



**ATA DA CGAG N° 5/2024 - SODS (11.01.21)**

**(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

**(Assinado digitalmente em 30/07/2025 11:14 )**

**CLAYTON DA SILVA BARCELOS**

PRO-REITOR(A)  
PROGEP (11.01.23)  
Matrícula: ###945#8

**(Assinado digitalmente em 30/07/2025 10:56 )**

**GLEICIANNE DOURADO COSTA**

COORD.DE SECRETARIA SUPERIOR - TITULAR  
SODS (11.01.21)  
Matrícula: ###525#0

**(Assinado digitalmente em 30/07/2025 11:29 )**

**JAQUELINE FRITSCH**

PRO-REITOR(A)  
PROAD (11.01.35)  
Matrícula: ###837#1

**(Assinado digitalmente em 31/07/2025 17:36 )**

**JEAN BORBA ALVES PINHEIRO**

CONTADOR  
NAPF-SAMAVI (11.01.18.01.14.06)  
Matrícula: ###856#1

**(Assinado digitalmente em 31/07/2025 16:12 )**

**LERIANE SILVA CARDOZO**

PRO-REITOR(A)  
PROPLAN (11.01.04)  
Matrícula: ###650#5

**(Assinado digitalmente em 31/07/2025 09:20 )**

**RAFAEL DA CONCEICAO SIMOES**

DIRETOR  
CCBS (11.01.19.02)  
Matrícula: ###077#4

**(Assinado digitalmente em 30/07/2025 15:36 )**

**TONY SILVA ALMEIDA**

DIRETOR  
CMBJL (11.01.16.01)  
Matrícula: ###733#5

**(Assinado digitalmente em 30/07/2025 15:35 )**

**UILIAM RANGEL AMORIM SOUZA**

PRO-REITOR(A)  
PROTIC (11.01.06)  
Matrícula: ###746#9

Visualize o documento original em <https://sig.ufob.edu.br/documentos/> informando seu número: 5, ano: 2024, tipo:  
ATA DA CGAG, data de emissão: 30/07/2025 e o código de verificação: 6d3e0b1a33